

## **Representatividade feminina no contexto da coordenação de ações de extensão: estudo de caso em uma universidade pública**

*Female representation in the context of extension actions coordination: public university case study*

Lidiane Alves de Deus<sup>1</sup>  
Marco Antonio Moreira de Oliveira<sup>2</sup>  
Rodrigo Moreira Braz<sup>3</sup>  
Leonardo Pinheiro Deboça<sup>4</sup>

### **RESUMO**

A presença da mulher na esfera educacional e no mercado de trabalho, além de ser uma luta com raízes históricas, possui características contemporâneas arraigadas na sociedade, se fazendo necessário o conhecimento e diagnóstico das mais diversas formas de atuação feminina, aqui se tratando do ambiente público. Diante disso, o objetivo deste artigo foi realizar um levantamento temporal sobre a representatividade feminina no cargo de docente no âmbito da coordenação de atividades de extensão em uma universidade pública, sendo o objeto de estudo a Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba. A coleta de dados foi realizada em sítios que disponibilizam relatórios referentes aos servidores e no sistema interno de registro de atividades de extensão da instituição. Dentre os levantamentos com maior evidência e comprovação teórica, pôde-se diagnosticar que as mulheres, embora não representem a maioria de docentes da universidade, estão predominantemente mais presentes na coordenação dos diferentes tipos de ações extensionistas (programas, projetos, cursos e eventos) que os homens, com ênfase nas ações referentes ao Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, no qual possuem maior representatividade.

**Palavras-chave:** Representatividade feminina. Universidade pública. Extensão.

### **ABSTRACT**

The presence of women in the educational sphere and in the labor market, in addition to being a struggle with historical roots, has contemporary characteristics rooted in society, requiring knowledge and diagnosis of the most diverse forms of female performance, here dealing with the public environment. Therefore, the objective of this article was to carry out a temporal survey on the representation of women in the teaching position within the coordination of extension activities in a public university, with study object being the Viçosa Federal University, Rio Paranaíba *Campus*, State of Minas Gerais, Brazil. Data collection was carried out on websites that provide reports on servers and on the institution's internal system for recording outreach activities. Among the surveys with greater evidence and theoretical proof, it could be diagnosed that women, although they do not represent the majority of university

---

<sup>1</sup> Mestranda em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil; administradora na mesma instituição (lidiane.alves@ufv.br).

<sup>2</sup> Mestrando em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil; administrador na mesma instituição (marcoa.oliveira@ufv.br).

<sup>3</sup> Mestrando em Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil; professor no Centro de Ensino Superior de São Gotardo, Minas Gerais, Brasil (rodrigo.m.braz@ufv.br).

<sup>4</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; professor associado na Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba, Minas Gerais, Brasil (leonardo.deboca@ufv.br).

professors, are predominantly more present in the coordination of different types of extension activities (programs, projects, courses and events) than men, with emphasis on actions related to the Institute of Biological and Health Sciences, which have greater representation.

**Keywords:** Female representation. Public University. Extension.

## INTRODUÇÃO

Durante séculos, o acesso à educação e ao mercado de trabalho esteve restrito apenas aos homens, ficando a mulher inserida em um contexto de perpetuação de dependência e subordinação aos pais e maridos por um longo período de tempo (MARTINS, 2014).

No decorrer da história, a sociedade passou por alterações em diferentes esferas. A reavaliação das questões de gênero, por exemplo, tem levantado diversas discussões, em busca de um ambiente de oportunidades mais igualitário (VIANA; SOUZA; ANJOS NETA, 2017).

Essa conjuntura, em que a existência da discriminação de gênero era vivenciada com frequência, vem se alterando e, hoje, na maioria das áreas do conhecimento, o número de mulheres matriculadas nos cursos de graduação tem crescido (CARVALHO, 2015).

A trajetória de inserção feminina no mercado de trabalho é outro aspecto que tem recebido mudanças. Em parâmetros gerais, levantamentos feitos por Hryniewicz e Vianna (2018) demonstram que as mulheres vêm ocupando importantes papéis de atuação, embora sua representatividade ainda seja menor que a dos homens.

No contexto do serviço público, especificamente em instituições de ensino superior, se observa o mesmo entre docentes, haja vista que o número de profissionais do sexo masculino nesse cargo ainda é mais expressivo, conforme levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, realizado em 2019 (INEP, 2021).

Considerando o cenário apresentado, se faz válido o estudo de dados que possam diagnosticar se a presença da mulher, por ser menor em termos numéricos na docência, implica também em uma menor participação feminina em algum dos eixos centrais – ensino, pesquisa e extensão – de uma universidade de ensino superior.

Diante disso, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento temporal sobre a representatividade feminina no cargo de docente no âmbito da coordenação de atividades de extensão em uma universidade pública, sendo o objeto de estudo a Universidade Federal de Viçosa, *Campus* Rio Paranaíba (UFV-CRP).

A escolha da UFV-CRP se deu pelo fato de ela estar listada entre as mais relevantes universidades do país, segundo o jornal Folha de São Paulo (2019). Além disso, devido ao longo tempo de existência da UFV e seu vínculo à extensão desde seu surgimento, há uma melhora na possibilidade de se fazer inferências contundentes sobre o assunto e confirmar a procedência da instituição, mesmo o objeto de estudo se tratando de um de seus *campi*. Além da análise do gênero em que concentram as atividades extensionistas do *campus*, pretende-se também verificar a representatividade feminina entre os servidores da instituição, nas áreas do conhecimento com predominância de docentes mulheres, os tipos de atividades de extensão realizadas na UFV-CRP e a respectiva participação feminina em sua coordenação.

A relevância deste estudo é pautada na necessidade de diagnóstico e evidência de uma luta histórica enfrentada pelas mulheres, ao passo que caracteriza um recorte de uma área predominante e historicamente dominada por homens, assim como várias outras. Como encontrado no estudo de Vaz (2013), os motivos pelos quais existe discriminação contra mulheres não podem ser explicados havendo a dissociação da vida doméstica e profissional, tendo que haver uma complexidade e sensibilidade na análise do tema.

Dessa forma, não se explicando apenas pelas práticas discriminatórias arbitrárias, se faz necessário o diagnóstico desse tema por meio de estudos avulsos como este em particular.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Acesso à educação e ao mercado de trabalho: cenários adversos para as mulheres**

Ao longo do tempo, as mulheres foram formadas sob a égide patriarcal, sujeitadas à submissão e dependência masculina, em especial dos pais ou maridos, que as afastaram do contexto de formação educacional e do mercado de trabalho, contexto em que as suas vidas se limitavam à dedicação às atividades domésticas (MARTINS, 2014).

Historicamente, a sociedade brasileira foi marcada pela desigualdade no processo de educação, no qual a comunidade masculina teve mais oportunidades de acesso à educação em comparação à feminina (VENTURINI, 2017). A autora aponta que uma mudança nesse cenário se inicia a partir da década de 1970, quando emanam na sociedade questionamentos relativos à posição ocupada pela mulher nas esferas social e econômica e ao seu maior ingresso nas universidades.

Nesse sentido, Guedes (2008) relata que no começo dessa mesma década se observa uma transformação no processo de escolarização da população brasileira, com mudança nas

camadas da sociedade que passam a ter acesso ao ensino, um processo que se estende nas décadas seguintes. Em decorrência dessa ampliação da oferta de ensino nesse período, identifica-se que há um equilíbrio entre homens e mulheres que compõem o público atraído em ingressar na universidade, até então um espaço tradicionalmente masculino, evidenciando a relevância do ensino superior como mecanismo capaz de promover igualdade entre os gêneros (BARROSO; MELLO, 1975).

Desse modo, a inclusão e a participação feminina no ambiente educacional e, conseqüentemente, o aumento do nível de escolaridade das mulheres, representaram condição essencial para a conquista de autonomia, que propiciou às mulheres a possibilidade de competirem de maneira equânime com os homens, nas diversas áreas da sociedade, em especial no mercado de trabalho (VIANA; SOUZA; ANJOS NETA, 2017).

O papel da mulher no século 21 não mais corresponde exclusivamente àquele voltado para os cuidados da família e afazeres do lar; elas estão presentes em posições até então somente ocupadas por homens (BARROS; MOURÃO, 2018). Em seus estudos, Hryniewicz e Vianna (2018) expressam que as mulheres assumem relevantes avanços em suas atuações no mercado de trabalho, apesar de diferenças de ordem de gênero ainda existirem no contexto social.

Desigualdades de gênero ainda são visíveis ao se observar o enquadramento de homens e mulheres por área de atuação, os salários médios que cada gênero auferem e a quantidade de horas dedicadas às atividades familiares e do lar que não são remuneradas (BARROS; MOURÃO, 2018). A desigualdade pode ser entendida como desequilíbrio, desproporção e até mesmo desvantagem e, mesmo com relevantes esforços, as mulheres estão sujeitas ao preconceito no mercado de trabalho nos dias atuais (SIQUEIRA; SAMPARO, 2017).

De acordo com Soares (2000), o ato de discriminar está presente nas sociedades humanas, em várias culturas, e pode ser considerado uma conduta praticamente universal. Em alguns segmentos do cotidiano, a discriminação pode ser mensurada considerando um período de tempo e pela comparação de práticas discriminatórias a que diferentes classes estão sujeitas, sendo o mercado de trabalho um desses segmentos.

Quando se analisa o mercado de trabalho, os desequilíbrios de gênero ficam evidenciados pela necessidade das mulheres organizarem suas obrigações laborais com as domésticas. Isso faz com que elas optem por atividades que exijam menor responsabilidade e importância no mercado de trabalho. A partir desse cenário, emerge a discussão a respeito de

como essas diferenças de gênero se apresentam nas áreas privada e pública, determinando as formas de segregação horizontal e vertical (BORGES; OLINTO; LETA, 2014).

Para Olinto (2011), a segregação horizontal é apontada pelo fato de as mulheres terem suas escolhas condicionadas pela ação da família e da escola, direcionando-as para caminhos diferentes dos homens. Isso reforça os achados de Venturini (2017), que observou que ainda hoje há áreas que se destacam historicamente como redutos masculinos, principalmente aquelas ligadas à tecnologia, tais como as Engenharias e as Ciências Exatas e da Terra, enquanto que há maior concentração de mulheres em áreas como Ciências Humanas, da Saúde e Biológicas.

Esse contexto faz com que as mulheres, desde muito jovens, se autoavaliem como mais capazes de assumir determinadas carreiras que consideram mais adequadas, refletindo em áreas de atuação segmentadas por gênero que se apresentam no mercado de trabalho como menos valorizadas, associando-se assim à segregação vertical (OLINTO, 2011).

Esse tipo de segregação corresponde a uma distinção social ainda mais imperceptível, até mesmo invisível, uma vez que as mulheres acabam por se manter em posições aquém de suas capacidades e não se permitem fazer escolhas que reflitam em progressões profissionais (OLINTO, 2011). Segundo Hultin (2003), esse fenômeno social é identificado como teto de vidro, que corresponde a uma conduta preconceituosa que bloqueia o avanço hierárquico das mulheres em suas carreiras.

Em seu estudo, Vaz (2013) relata que no setor público, apesar do ingresso dos trabalhadores ocorrer por meio de concurso público e existir planos de carreira que garantem tratamento imparcial, conforme dispõe a legislação brasileira, ainda são observados quadros que evidenciam a segregação hierárquica, uma vez que raramente mulheres ocupam altos cargos na administração pública ou nas instituições de ensino superior.

### **A presença das mulheres nas universidades brasileiras**

No desenvolvimento do processo de escolarização das mulheres, o ensino superior possui grande importância, uma vez que em todo momento esteve presente de forma catalisadora para inclusão social feminina, não somente por oferecer melhores condições para disputas no mercado de trabalho, como também pela aquisição de novos princípios (GUEDES, 2008).

Sendo assim, a presença feminina nas universidades brasileiras é uma realidade incontestável e supera a masculina em vários aspectos, conforme aponta a Sinopse Estatística

da Educação Superior de 2019. Produzida pelo INEP, essa publicação corresponde a um conjunto de dados relativos a instituições de ensino, que envolvem recursos humanos, cursos de graduação presenciais e a distância, processos seletivos, matrículas e concluintes, a partir do Censo da Educação Superior (INEP, 2021).

Os dados desse Censo, relativos a 2019, apontam que do total de 8.603.824 matrículas, as mulheres correspondiam a 57,4% e, quando observado o total de 1.250.076 estudantes que concluíram cursos de graduação no Brasil, as mulheres atingiram 60,2% desse número, o que confirma a consolidação da inclusão feminina no universo das instituições de ensino superior.

Outros dados apresentados pelo INEP (2021) mencionam que, dentre os servidores públicos em exercício e afastados das instituições de ensino superior, as mulheres são maioria quando se trata da ocupação de cargos técnico-administrativos, representando 54,2% em um total de 379.137 servidores, e minoria no cargo de docente com 46,8% em um total de 399.428 professores nas instituições de ensino superior.

Segundo Barros e Mourão (2018), não é possível declarar que homens e mulheres optam por carreiras simplesmente pela aptidão ou predileção, outros motivadores influenciam suas escolhas e estão relacionados ao aprendizado, ao meio social em que estão inseridos ou até por emblemas que envolvem cada profissão.

Informações do INEP (2021), a partir do Censo da Educação Superior, demonstram esse quadro ao apresentarem os 20 maiores cursos ou rótulos em número de matrículas no nível de graduação e seus correspondentes percentuais de participação por sexo, conforme a tabela 1.

**Tabela 1** – Maiores cursos (rótulos) em número de matrículas de graduação e seus percentuais por sexo (2019)

Curso	Número de Matrículas	Percentual	
		Feminino	Masculino
Pedagogia	815.959	92,1%	7,9%
Serviço Social	131.869	89,6%	10,4%
Enfermagem	326.750	83,7%	16,3%
Nutrição	141.455	83,3%	16,7%
Psicologia	270.239	79,5%	20,5%
Gestão de Pessoas	178.259	78,0%	22,0%
Fisioterapia	177.405	77,3%	22,7%
Odontologia	132.845	71,5%	28,5%
Farmácia	142.633	70,9%	29,1%
Arquitetura e Urbanismo	147.931	66,6%	33,4%
Medicina	187.710	59,7%	40,3%
Contabilidade	358.240	55,2%	43,8%
Direito	831.350	55,2%	44,8%
Administração	645.777	54,5%	45,5%
Educação Física Formação de Professor	143.540	39,2%	60,8%
Educação Física	222.677	35,1%	64,9%
Engenharia de Produção	141.362	33,7%	66,3%
Engenharia Civil	275.537	30,2%	69,8%
Sistemas de Informação	184.845	14,0%	86,0%
Engenharia Mecânica	121.651	10,1%	89,9%

Fonte: Os autores a partir de dados do INEP (2021).

Nota-se que as mulheres apresentam uma maioria expressiva nos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Gestão de Pessoas, Fisioterapia, Odontologia e Farmácia, superando em todos mais de 70% dos estudantes matriculados. Em contrapartida, quando observados os cursos de Engenharias e Sistema de Informação, a participação feminina corresponde a menos que 35% dos estudantes matriculados.

Conforme revisão bibliográfica feita por Silva e González-Gil (2017), é característico do público masculino estar centrado em áreas correlatas à de exatas, ao passo que as mulheres tendem a se interessar por conteúdos de caráter subjetivo, de relacionamento ou assistencial.

De outro modo, não especificando área de atuação, compondo forma de se entender os números gerais de profissionais mestres e doutores recortados por gênero, foram levantados dados cadastrais da Plataforma Lattes, ambiente virtual, financiado e mantido pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que acopla os currículos de pesquisadores e suas obras (PORTAL CNPQ, 2021).

No geral, na Plataforma Lattes (2016), conforme última estatística divulgada, estão cadastrados um total de 599.060 currículos, dentre esses, 52,5% são de mulheres. Na categoria mestres (371.119), a participação feminina também representa maioria, com 54,52% do total de currículos, embora na categoria doutores seja apenas 48,47% do total de 227.941 profissionais cadastrados. Dessa forma, com relação à segregação por gênero e formação, existem mais mulheres do que homens com currículos cadastrados, e mais mulheres mestras, entretanto, os dados mostram que como doutoras elas representam-se como minoria.

Comparando-se os dados com o estudo levantado por Carvalho (2015), com base também na Plataforma Lattes, tem-se uma movimentação discreta nesses números, principalmente no que tange aos currículos de doutores cadastrados. Segundo os dados do trabalho do autor supracitado, no ano de 2015 havia 121.009 currículos de doutores cadastrados. Observando o aumento percentual do geral de currículos e o aumento do número de currículos femininos, pode-se dizer que houve um crescimento modesto na figuração feminina entre os doutores cadastrados na plataforma.

Tendo-se conhecimento sobre as características dos currículos cadastrados e a representação por gênero, partiu-se para o levantamento das informações que permeiam o principal campo de diagnóstico deste trabalho, a extensão universitária.

## **Extensão universitária**

A extensão compõe a tríade dos elementos indissociáveis nas universidades – ensino, pesquisa e extensão – conforme dispõe o art. 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Essas atribuições, de extrema relevância no contexto universitário, são colocadas em nível de igualdade na carta magna, devendo, portanto, receber tratamento igualitário por parte das instituições de ensino superior (MOITA; ANDRADE, 2009).



Das três dimensões, a extensão foi a última a surgir, datando da segunda metade do século 19, na Inglaterra, as primeiras manifestações da extensão universitária, originada com o propósito de proporcionar um processo educacional contínuo e propor novos horizontes para a sociedade. Atualmente se apresenta como mecanismo essencial utilizado pelas universidades para concretizar seu envolvimento no meio social (PAULA, 2013; RODRIGUES *et al.*, 2013).

No Brasil, o processo de extensão nas instituições de ensino superior começou em 1911, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, e Viçosa e Lavras, em Minas Gerais, baseado em atividades educativas voltadas aos populares e a assistência aos agricultores (PAULA, 2013). Desde então, a evolução do conceito de extensão no país perpassou a existência de marcos legais: em 1931, o Decreto-Lei nº 19.851, Estatuto da Universidade Brasileira, institucionalizou a extensão no Brasil; em 1961, a Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reforçou o entendimento assistencialista vinculado à extensão; e em 1968, a Reforma Universitária, direcionada pela Lei n.º 5.540, fez com que a extensão se tornasse obrigatória nas universidades, sendo uma exigência colocada em prática por meio de serviços e cursos oferecidos à sociedade (FERREIRA, 2021).

Outro fato relevante ocorreu em 1987, com a instauração do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras (FORPROEX), que visa promover a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão voltadas para as ações extensionistas em nível nacional, sendo o responsável, em 2012, pela elaboração da Política Nacional de Extensão (OLIVEIRA; TOSTA; FREITAS, 2020).

Seguidamente, a nova Constituição Federal de 1988, como mencionado, definiu como indissociável do ensino e da pesquisa a extensão, como meio de tecnologia e prestação de serviços, ficando, desse modo, sedimentado o modelo universitário que vigora até hoje, pautado nos pilares ensino-pesquisa-extensão e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996 (FERREIRA, 2021).

Cabe mencionar a Lei nº 10.172/2001, Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, a qual, dentre outros itens, tratou da implementação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior de 2001 a 2004 e estabeleceu que no mínimo 10% dos créditos dos cursos de graduação fossem pautados em ações extensionistas, e, em 2014, a Lei 13.005, PNE 2014-2024 – transformada em Lei Ordinária a partir do PL nº 8.035/2010, ratificou esse mínimo percentual dos créditos curriculares da Extensão em projetos e programas de Extensão em sua Meta 12.7 (FERREIRA, 2021).

Por sua vez, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou a Meta 12.7 disposta na Lei nº 13.005/2014, lei que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (BRASIL, 2018), no sentido de que 10%, no mínimo, da carga horária total curricular estudantil dos cursos de graduação seja preenchida com atividades extensionistas que deverão compor parte da matriz curricular dos cursos (BRASIL, 2018).

Almeida e Barbosa (2019, p. 673) apontam que esse processo de curricularização da extensão proporciona às instituições de ensino superior a oportunidade de conceber atividades extensionistas alinhadas à “interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o impacto na formação do estudante e a transformação social”, que são preceitos elaborados a partir do FORPROEX.

De acordo com a referida resolução, a extensão consiste em uma atribuição que visa estabelecer um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, a partir da integralização da matriz curricular e a pesquisa, capaz de atuar como agente transformador na relação entre as instituições de ensino superior e outros seguimentos da sociedade, através da produção e aplicação do conhecimento e interação constante entre ensino e pesquisa (BRASIL, 2018).

Cabe ainda mencionar que a Resolução nº 7/2018 discorre em seus artigos 7 e 8 que atividades extensionistas são aquelas vistas como ações que abranjam de modo direto as comunidades externas às universidades e que estejam atreladas à formação do estudante e em consonância com a resolução supracitada e as diretrizes das próprias instituições. Sendo essas atividades descritas nos projetos políticos pedagógicos dos cursos e classificadas como programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços (BRASIL, 2018).

Desse modo, a extensão se apresenta como parte essencial no campo acadêmico em razão de sua importância na integração das instituições de ensino superior com a comunidade (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016). De acordo com Alves *et al.* (2016), essa notoriedade é identificada através da relação de mutualidade entre a academia e a comunidade, conciliando os saberes acadêmico e empírico para construir o conhecimento. E, assim, representando um caminho eficiente para viabilizar a relação entre a teoria e a prática, se tornando um elo entre o ensino e a pesquisa (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

Faz-se importante, ainda, compreender que a extensão deve ser considerada uma atribuição que perpassa naturalmente pela docência, assim como acontece com a pesquisa, e contribui para a diminuição da distância entre a universidade e a comunidade e faz com que o ensino não se torne descolado da realidade social (MOITA; ANDRADE, 2009).

Nesse sentido, Freire (1983) reconhece, por meio de ações extensionistas, a importância do diálogo na formação inicial e continuada para a docência, e afirma que mediante a relação dialógica é possível que a comunidade problematize as dificuldades enfrentadas no dia a dia, que a ampliação do diálogo permite que a curiosidade e a necessidade de conhecer sejam potencializadas e que ser dialógico refere-se a empenhar-se na transformação constante da realidade.

Frente a esses dizeres, pormenorizam-se as cinco diretrizes da extensão nas universidades, elencadas pelo FORPROEX (2012): interação dialógica, a qual orienta o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais a partir do diálogo e da troca de saberes; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, tratadas pela combinação de especialização e visão holística, a qual é permitida a interação entre diferentes áreas do conhecimento; a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, que reafirma a extensão como um processo acadêmico, capaz de gerar e difundir conhecimento; o impacto na formação do estudante, que permite o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos; e, por fim, o impacto e a transformação social, que reafirmam a extensão como mecanismo que estabelece a inter relação na universidade com os demais setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora.

Contextualizada a extensão, salienta-se a Resolução nº 7/2007, que dispõe sobre a aprovação da Política de Extensão da UFV, sublinhando que a universidade cidadã se constrói, sobretudo, por meio da prática da extensão, que faz com que as instituições de ensino superior não monopolizem o conhecimento, nem o determinem como finalizado para ser difundido à sociedade, mas o elege como um meio capaz de interagir com a comunidade para atender às suas necessidades (UFV, 2007).

## **METODOLOGIA**

No sentido de proporcionar maior compreensão quanto à participação das docentes da UFV-CRP na coordenação de atividades extensionistas, realizou-se uma pesquisa descritivo-exploratória, para a descrição, classificação e interpretação do fenômeno em análise (GIL, 2002). A pesquisa caracteriza-se como abordagem quantitativa, sendo os dados coletados em sites que disponibilizam relatórios referentes aos servidores da UFV e por meio de consultas ao Sistema de Registro de Atividades de Extensão (RAEX) da instituição.

O RAEX é o sistema em que as ações de extensão da UFV são cadastradas. Nele constam os dados referentes às atividades, quem as coordena, o tipo (programa, projeto,

curso, evento, prestação de serviço, entre outros), data de início e término, os participantes e demais dados específicos de registro.

Esse sistema foi construído para atender às exigências do PNE e do Censo do Ministério de Educação e Cultura, possibilitando a consulta pública aos usuários externos, e todos os servidores da UFV possuem acesso automático para fins de registros (RAEX, 2021). Os docentes e técnicos administrativos lotados na UFV-CRP podem realizar cadastros em que o órgão promotor da atividade seja uma diretoria ou um instituto do *campus*.

Para o estudo, foram coletados os dados de todas as atividades de extensão, realizadas pelos docentes dos quatro institutos da UFV-CRP (Instituto de Ciências Agrárias-IAP, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde-IBP, Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas-IEP, e Instituto de Ciências Humanas e Sociais-IHP), que foram aprovadas entre 2016 e 2020. Registros com dois ou três coordenadores de sexos diferentes em uma mesma atividade, embora exceções, foram desconsiderados, e em situações em que uma atividade foi registrada em mais de um órgão promotor, considerou-se como o responsável o primeiro órgão listado.

Por fim, quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos, essa pesquisa configura-se como estudo de caso, que, conforme Yin (2014), deve ser usado em pesquisas que procuram explicar alguma circunstância presente, no contexto específico em que ocorrem, e que exigem uma descrição ampla e profunda, sendo o fenômeno pesquisado, conforme mencionado, no *Campus* Rio Paranaíba da UFV.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A UFV é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil. Inaugurada em 1926, registrou 95 anos de existência no ano de 2021. A universidade possui três *campi* no estado de Minas Gerais: seu *campus* sede na cidade de Viçosa, na Zona da Mata; e desde 2006, os *campi* UFV Florestal, na região metropolitana de Belo Horizonte, e a UFV Rio Paranaíba, no Alto Paranaíba (UFV, 2021a).

A instituição, desde a fundação, acumula tradição e excelência em ensino, pesquisa e extensão nas ciências Agrárias, Biológicas, Exatas e Humanas, o que é confirmado pelo seu frequente destaque em rankings educacionais do país e do mundo (UFV, 2021a). Segundo os dados do último Índice Geral de Cursos (IGC 2019), indicador que mensura a qualidade das instituições de educação superior, divulgado pelo INEP em 2021, a UFV alcançou conceito máximo (5), conquistando a 7<sup>a</sup> colocação no país e a 2<sup>a</sup> em Minas Gerais (UFV, 2021b).

A universidade oferece ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação, somando mais de 20 mil estudantes em seus três *campi*. No total, a UFV já entregou para o mercado mais de 60 mil profissionais graduados, 12 mil mestres e 4 mil doutores (UFV, 2021a).

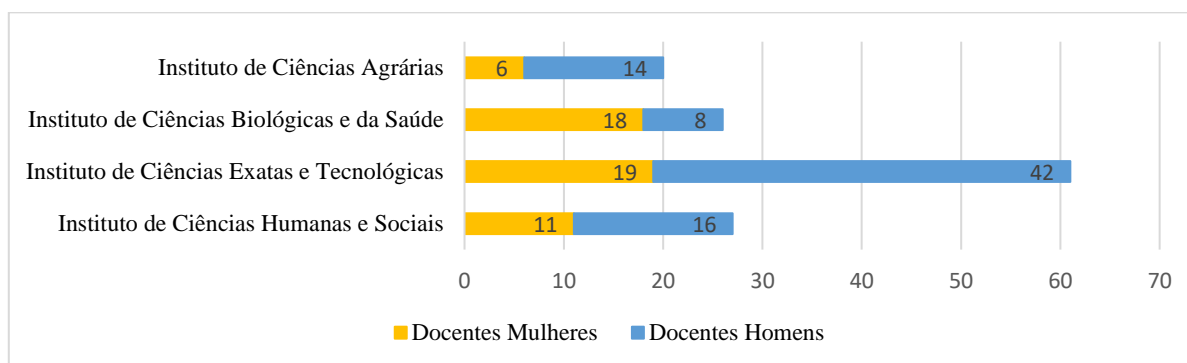
O *Campus* Rio Paranaíba, objeto do estudo, completou 15 anos de existência em 2021. Criado pela Resolução nº 08/2006, de 25 de julho de 2006, iniciou suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2007 com o oferecimento dos cursos de graduação em Administração (Integral e Noturno) e Agronomia (Integral) (UFV, 2021c).

A UFV-CRP a partir de 2010 já contava com o total de 10 cursos de graduação, distribuídos em seus quatro institutos: no IAP, Agronomia e Ciência e Tecnologia de Alimentos; no IBP, Ciências Biológicas e Nutrição; no IEP, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Química e Sistemas de Informação; e no IHP, Administração e Ciências Contábeis. Além disso, oferece atualmente pós-graduação *stricto sensu* em Agronomia - Produção Vegetal (Mestrado), Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP (Mestrado Profissional) e Multicêntrico em Química de Minas Gerais (Mestrado e Doutorado) (UFV, 2021d, 2021e).

No ano de 2020, o *campus* possuía 227 servidores públicos, os quais, tanto nos cargos de técnico-administrativos (93) como nos de docentes (134), eram ocupados em sua maioria por homens, respectivamente 51,61% e 59,70% de representatividade masculina.

Observa-se que, em cargos técnicos administrativos, a diferença entre a quantidade de servidores do sexo feminino e do sexo masculino não era substancial, diferentemente de quando se analisa os cargos de docentes, que apresentaram uma discrepância expressiva. Essa baixa representatividade feminina atuando na docência (40,30%), percebida na UFV-CRP, vai ao encontro dos dados do INEP de 2019 (INEP, 2021), que evidenciaram ser uma realidade no país o protagonismo dos homens nessa profissão nas instituições de ensino superior. O gráfico 1 apresenta o número de docentes da UFV-CRP distribuídos por sexo e instituto.

**Gráfico 1** – Docentes da UFV-CRP distribuídos por sexo e instituto (2020)



Fonte: Os autores a partir de dados da UFV (2021f).

De forma geral, os institutos da UFV-CRP são vinculados a dois cursos de graduação e possuem em média 24 docentes cada, com exceção do Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas, que possui quatro cursos, o que justifica seu número mais expressivo de docentes.

A interpretação dos dados do gráfico, a partir da divisão por áreas de conhecimento, demonstra que, nos Institutos de Ciências Biológicas e da Saúde (único instituto em que há a predominância de docentes mulheres) e de Ciências Humanas e Sociais, há os maiores percentuais de representatividade feminina, respectivamente 69,23% e 40,74%, enquanto que, nos de Ciências Agrárias e de Exatas e Tecnológicas, notadamente a presença masculina se destaca, com apenas 30% e 31,15% de mulheres.

O cenário encontrado é bem semelhante ao identificado nos estudos de Venturini (2017), a qual constatou que ainda hoje há áreas que se destacam historicamente como masculinas, principalmente aquelas ligadas à tecnologia, tais como as Engenharias e as Ciências Exatas e da Terra, enquanto que há maior concentração de mulheres em áreas como Ciências Humanas, da Saúde e Biológicas. Nesse sentido, os dados confirmam a existência de uma segregação horizontal, em que mulheres e homens são estimulados a seguirem carreiras diferentes, refletindo em áreas de atuação segmentadas por gênero, conforme observou Olinto (2011).

Em relação às atividades de extensão na UFV, desde a sua fundação, em 1926, tais ações faziam parte de suas atividades de formação, sendo a Resolução nº 7/1997 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) o documento que estabeleceu os primeiros marcos relacionados a essa atividade. Atualmente, essa Resolução dispõe sobre a Política de Extensão da UFV (UFV, 2007).

Na instituição, as ações extensionistas são desenvolvidas na forma de programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, produção e publicação, atividade externa acadêmica de extensão e museu, e espaço de ciência e tecnologia, podendo ser realizadas ações em oito áreas temáticas, sendo elas: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho, além de serem distribuídas em 53 linhas de Extensão, conforme indicação do PNE (UFV, 2007).

Na UFV, o RAEX é o sistema que detém o banco de dados oficial para efeito de relatórios e planilhas das atividades extensionistas. A Tabela 2 apresenta a representatividade feminina de docentes na coordenação de atividades de extensão da UFV-CRP por instituto, identificada diante da tabulação de dados extraídos do RAEX.

**Tabela 2** – Representatividade feminina de docentes na coordenação de atividades de extensão por instituto na UFV-CRP (2016-2020)

<b>Instituto</b>	<b>Atividades de extensão desenvolvidas</b>	<b>Atividades coordenadas por mulheres</b>	<b>% Mulheres</b>
Instituto de Ciências Agrárias	125	41	32,80%
Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde	180	156	86,67%
Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas	261	127	48,66%
Instituto de Ciências Humanas e Sociais	277	147	53,07%
<b>Total</b>	<b>843</b>	<b>471</b>	<b>55,87%</b>

Fonte: Os autores a partir de dados do RAEX (2021).

A participação das mulheres docentes na coordenação de atividades de extensão na UFV-CRP demonstrou-se mais significativa que a dos homens no total geral, configurando-se em um percentual de 55,87%, mesmo com a instituição possuindo nesse cargo a maioria de ocupantes do sexo masculino (59,70%).

Tal resultado deveu-se, principalmente, à elevada representatividade de coordenadoras no Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, com 86,67% e também no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, com 53,07% de mulheres.

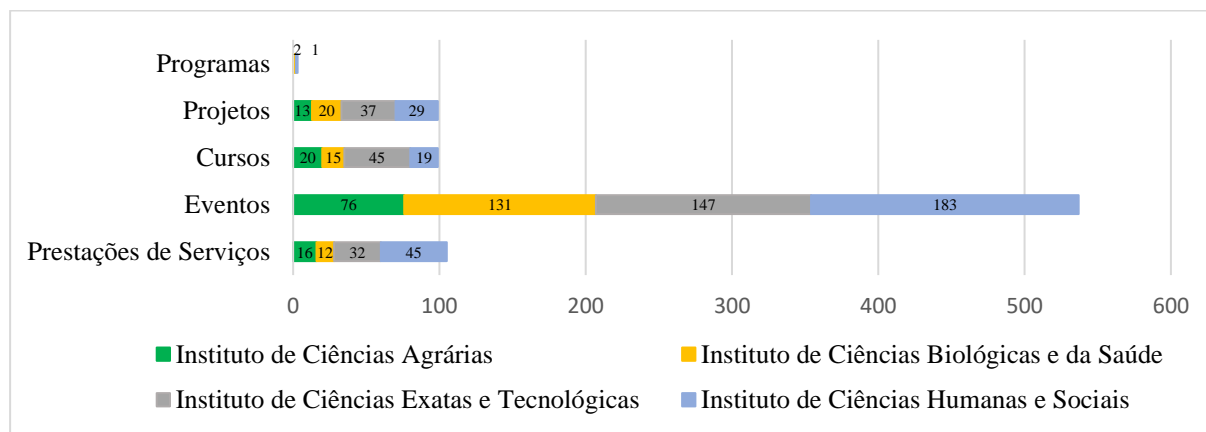
Esses números demonstram que no instituto com maior presença feminina há uma porcentagem maior de atividades coordenadas por mulheres, entretanto, nos institutos com maior presença masculina, as mulheres também demonstraram elevada participação, com

porcentagens acima (53,87%), muito próxima (48,66%) e relativamente menor (32,80%) das atividades coordenadas por homens.

Essa análise suaviza o panorama de desigualdade de gênero, em atividades de extensão na instituição estudada, demonstrando um enquadramento mais equilibrado e expressivo da figura feminina.

Em relação aos tipos de atividades de extensão realizadas na UFV-CRP, verificou-se que de 2016 a 2020 foram registrados cinco tipos e um total de 843 ações, conforme gráfico 2.

**Gráfico 2** - Tipos de atividades de extensão realizadas por instituto na UFV-CRP (2016-2020)



Fonte: Os autores a partir de dados do RAEX (2021).

Observou-se que a atividade de extensão mais realizada na instituição é a do tipo eventos, com 537 registros, representando 63,70% de todas as atividades desenvolvidas, seguida de projetos e cursos, que coincidentemente apresentaram a mesma porcentagem (11,74%), prestação de serviços (12,46%), e, por fim, programas (0,36%).

Os eventos são atividades que implicam na apresentação ou exibição pública do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico da universidade (UFV, 2007). Desse modo, compreende um leque muito amplo de ações, como campanhas, encontros, exposições, festivais, minicursos, mostras, palestras, seminários, simpósios, entre outros, que podem ocorrer em um ou poucos dias, potencial justificativa pela sua elevada relevância sobre as demais formas de atividades.

As atividades, projetos, cursos e prestações de serviços culminaram em porcentagens similares, sendo registradas, em média, 101 atividades cada, ao longo dos cinco anos analisados. Já a atividade programa, que é considerada uma das mais importantes da extensão



universitária, diante de seu caráter abrangente e de ação contínua (UFV, 2007), computou o menor percentual entre as ações; apenas três programas registrados ao longo do período, o que também pode ser explicado pelas próprias características dessa atividade – composta por um conjunto de projetos e de maior duração.

Em relação aos institutos coordenadores das atividades, notou-se que o de Ciências Humanas e Sociais é o que mais desenvolve esse tipo de ação (277 atividades), seguido de Ciências Exatas e Tecnológicas (261), Ciências Biológicas e da Saúde (180) e, por fim, Ciências Agrárias (125).

A tabela 3 apresenta a representatividade feminina de docentes na coordenação dessas atividades de extensão da UFV-CRP por tipo de atividade.

**Tabela 3** – Representatividade feminina de docentes na coordenação de atividades de extensão da UFV-CRP por tipo de atividade (2016-2020)

<b>Atividades de Extensão</b>	<b>Atividades de extensão desenvolvidas</b>	<b>Atividades coordenadas por mulheres</b>	<b>% Mulheres</b>
Programas	3	2	66,67%
Projetos	99	61	61,62%
Cursos	99	56	56,57%
Eventos	537	307	57,17%
Prestação de Serviços	105	45	42,86%
Total	843	471	55,87%

Fonte: Os autores a partir de dados do RAEX (2021).

Como pode ser observado, em todos os tipos de ações extensionistas desenvolvidas pela UFV-CRP há a predominância de mulheres como coordenadoras, exceto apenas em prestação de serviços, ação que os homens tiveram o maior percentual (57,14%). Esse resultado certamente relaciona-se ao Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, o que detém maior número de mulheres no cargo de docente, ser o que menos (11,43%) realizou no período esse tipo de atividade, que envolve assessorias e consultorias.

A partir dos dados obtidos, podemos inferir que a representatividade feminina se sobressai entre as diversas formas de atividades extensionistas realizadas na instituição analisada, demonstrando que a participação da mulher em percentuais consideráveis é uma realidade em posições de coordenação na extensão, que é um dos pilares das universidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo teve como escopo um levantamento temporal acerca da representatividade feminina docente na coordenação de atividades de extensão na UFV-CRP. A partir da análise proposta, tem-se que, em parâmetros gerais, de 2016 a 2020, na universidade estudada, a presença das mulheres no eixo extensionista é mais significativa que a dos homens.

Com relação às características do quadro de servidores da UFV-CRP segregada por gênero, tem-se predominância masculina tanto nos cargos de técnico administrativo quanto de docentes. Fato pertinente à análise, uma vez que, mesmo representando quase 60% dos docentes da instituição, os homens não possuem uma parcela proporcional a esse percentual no que tange à coordenação das atividades de extensão.

Pretendendo verificar em que áreas do conhecimento há a predominância de docentes mulheres, comprovou-se uma significativa representatividade de mulheres no Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, equilibrada participação de homens e mulheres nos Institutos de Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Sociais. Ao passo que no Instituto de Ciências Agrárias, encontrou-se o menor percentual de representatividade feminina no estudo.

Por fim, buscou-se entender quais os tipos de atividades extensionistas eram promovidos pela instituição e a representatividade feminina nelas contida. Observou-se o destaque em atividades do tipo eventos na instituição, e a predominância feminina em praticamente todas as categorias (programas, projetos, cursos e eventos), sendo apenas a atividade de extensão prestação de serviços representada por homens em maior percentual, fato que pode ser explicado pela categoria possuir inexpressiva participação do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, em que se encontra maior presença feminina em aspectos gerais.

Este estudo focalizou-se especificamente nas atividades de extensão, um dos pilares das universidades, sem considerar as atividades de ensino e pesquisa. Entretanto, diante do recorte feito, nota-se que a representatividade feminina tem avançado e é uma realidade a sua presença e predominância nesse eixo, o que suaviza o panorama de desigualdade de gênero enfrentado pela mulher na esfera educacional e no mercado de trabalho, pelo menos na instituição estudada.

Como sugestão para trabalhos futuros, é interessante que este tipo de estudo seja realizado em escalas maiores e com cruzamento de dados de diferentes universidades, tanto

em parâmetros gerais quanto em pontos específicos, como a estratificação por institutos e áreas de atuação. Sugere-se também a realização de pesquisas qualitativas, que deem voz às mulheres, captando os sentidos e relações que elas mesmas atribuem aos resultados deste estudo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA S. M. V.; BARBOSA, L. M. V. Curricularização da extensão universitária no ensino médico: o encontro das gerações para humanização da formação. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 43, p. 672-680, 2019. Doi: 10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2021.
- ALVES, R. A. R. *et al.* Extensão universitária e educação em doenças sexualmente transmissíveis e temas relacionados. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 2, p. 1.079-1.083, ago./dez. 2016. Doi: 10.5892/ruvrd.v14i2.2958. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2958>. Acesso em: 7 out. 2021.
- BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 30, 2018. Doi: 10.1590/1807-0310/2018v30i174090. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v6X4NdsLGPx7fmpJBCWxsdB/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BARROSO, C. L. M.; MELLO, G. N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 47-77, dez. 1975. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1813>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BORGES, E. P.; OLINTO, G.; LETA, J. Gênero, ciência e contexto regional: reflexões sobre resultados acadêmicos da pós-graduação no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2014, p. 3.557-3.576. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/825>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1º out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE-2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 1º out. 2021.

CARVALHO, C. C. B. **Equidade de gênero na ciência?** : um estudo sobre as pesquisadoras bolsistas de produtividade da Universidade Federal de São Carlos. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7148>. Acesso em: 8 set. 2021.

CNPQ. **Plataforma Lattes**. 2021. Disponível em: <http://portal.cnpq.br/>. Acesso em: 9 out. 2021.

FERREIRA, D. C. **A extensão na Universidade Federal de Uberlândia**: uma proposta avaliativa. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/31556>. Acesso em: 8 out. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ruf 2019. **Ranking universitário**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 9 out. 2021.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <http://www.pec.ufv.br/wp-content/uploads/2016/05/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 8 out. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 117-132, jun. 2008. Doi: 10.1590/S0104-59702008000500006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, jul./set. 2018. Doi: 10.1590/1679-395174876. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Wwqj4gNdm8k8jcGRjCFxvqm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1º set. 2021.

HULTIN, M. Some take the glass escalator, some hit the glass ceiling? Career consequences of occupational sex segregation. **Sage Publications**, New York, v. 30, n. 1, p. 30-61, 2003. Doi: 10.1177/0730888402239326. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0730888402239326>. Acesso em: 25 set. 2021.

INEP. **Sinopses estatísticas da educação superior**: graduação. 2021. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 set. 2021.

MARTINS, M. **A expansão da educação superior brasileira**: diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Santa

Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130960?show=full>. Acesso em: 8 set. 2021.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-393, maio/ago. 2009. Doi: 10.1590/S1413-24782009000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1º out. 2021.

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 8 set. 2021.

OLIVEIRA, C. V. N. C.; TOSTA, M. C. R.; FREITAS, R. R. Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, v. 6, n. 2, p. 114-127, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/30835>. Acesso em: 8 set. 2021.

PAINEL LATTES. **Estatísticas da Base de Currículos da Plataforma Lattes**. 2016. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/>. Acesso em: 9 out. 2021.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 2 set. 2020.

RAEX. **Sistema de Registro de Atividades da Extensão**. Viçosa, 2021. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/raex/scripts/>. Acesso em: 8 set. 2021.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 141-148, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 1º out. 2021.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 7, n. 1, p. 23-28, jan./jun. 2016. Doi: 10.36661/2358-0399.2016v7i1.3087. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>. Acesso em: 1º out. 2021.

SILVA, J. S. S.; GONZÁLEZ-GIL, F. Acessibilidade, gênero e educação superior: indicativos procedentes das investigações científicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 607-622, out./dez. 2017. Doi: 10.1590/S1413-65382317000400010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sZbL9dz4jMP9BRWj7GmxyrQ/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

SIQUEIRA, D. P.; SAMPARO, A. J. F. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, Ijuí, v. 26, n. 48, jul./dez. 2017. Doi: 10.21527/2176-6622.2017.48.287-325. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>. Acesso em: 25 set. 2021.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho**: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD\\_769.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf). Acesso em: 25 set. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 7, de 5 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a aprovação da Política de Extensão da UFV, que passa a fazer parte integrante desta Resolução. Viçosa, MG: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2007. Disponível em: <http://www.pec.ufv.br/wp-content/uploads/2016/05/07-07.pdf>. Acesso em: 8 out. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Apresentação**. Viçosa, MG, 2021a. Disponível em: <https://www.ufv.br/apresentacao/>. Acesso em: 8 out. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Notícias**: UFV conquista nota máxima no Índice Geral de Cursos. Viçosa, MG, 23 de março de 2021, 2021b. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=35087&link=corpo>. Acesso em: 8 out. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **História**. Viçosa, MG, 2021c. Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em: 8 out. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Cursos de graduação**. Viçosa, MG, 2021d. Disponível em: <http://www.pre.ufv.br/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 8 out. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Cursos de pós-graduação stricto sensu**. Viçosa, MG, 2021e. Disponível em: [http://www.ppg.ufv.br/?page\\_id=383](http://www.ppg.ufv.br/?page_id=383). Acesso em: 8 out. 2021.

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Relatório UFV**: tabelas. Viçosa, MG, 2021. Disponível em: <https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/>. Acesso em: 8 out. 2021.

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013. Doi: 10.1590/S0104-06182013000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/FSfpH9NQg6qHy3Hky8tCXyt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 out. 2021.

VENTURINI, A. C. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828\\_ARQUIVO\\_AnaCarolinaVenturini\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_AnaCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.

VIANA, A. R.; SOUZA, F. P.; ANJOS NETA, M. M. S. Distribuição e representatividade feminina: um estudo sobre a universidade estadual do sudoeste da Bahia – UESB. **Extensão e**

**Cidadania**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 8, p. 1-20, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/3584/2960>. Acesso em: 10 set. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Submetido em 15 de dezembro de 2021.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2022.